

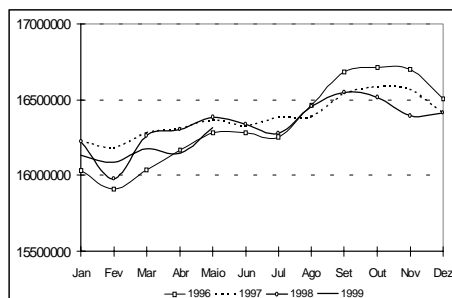


Em uma conjuntura marcada pela instabilidade e incerteza provocadas pela crise cambial, no bojo da qual procedeu-se à liberalização do câmbio, com a conseqüente desvalorização do Real, o merca-

do de trabalho apresentou, neste início de ano, um comportamento relativamente estável. Refletindo o ocorrido com o nível de atividades, cujos indicadores apontam para um desempenho significativamente mais favorável que aquele imaginado de início, os principais indicadores do mercado de trabalho, no período janeiro-abril, não confirmaram as expectativas mais pessimistas que o quadro de crise estava a sugerir.

Segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, o nível de ocupação nas seis maiores regiões metropolitanas, nesses meses iniciais de 1999, apresentou, em relação ao último quadrimestre de 1998, a mesma variação (negativa, por razões de sazonalidade) que a observada na passagem de 1997 para 1998 (-2%), situando-se, contudo, em patamares um pouco inferiores aos verificados há um ano atrás (menos 0,36%), em virtude do fraco volume apresentado pela demanda por mão-de-obra ao longo de todo o ano passado (veja Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Nível de ocupação metropolitana
(Anos recentes)



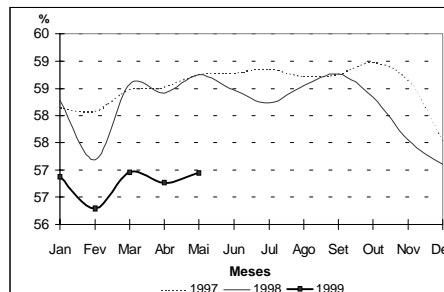
Essa debilidade observada na demanda de mão-de-obra (cujos primeiros sinais tornaram-se manifestos em meados de 1997) é que imprimia um tom preocupante às perspectivas que se tinham para o mercado de trabalho, uma vez que a ela era adicionada a previsão de uma queda de cerca de 4% no PIB. As respostas que a economia vem dando às pressões recessivas advindas do programa de ajuste concebido para o enfrentamento da crise, contudo, melhoram as expectativas para o restante do ano, admitindo-se até uma certa recuperação do nível de ocupação.¹

Em paralelo a esse desempenho da ocupação, a taxa de desemprego (veja Gráfico da capa

no início de 1999 situou-se, na média do período janeiro-abril, em um patamar (7,83%) apenas ligeiramente superior ao verificado nos mesmos meses de 1998 (7,70%).² Dada a pequena queda, já mencionada, do nível de ocupação, a razão para tanto decorreu, naturalmente, do comportamento da População Economicamente Ativa (PEA), que fez com que a oferta de mão-de-obra não pressionasse os índices de desemprego.

Com efeito, a PEA, nesses primeiros quatro meses, mostrou uma variação negativa de -0,22% quando comparada com a do mesmo período de 1998, garantindo que o aumento observado na taxa de desemprego não chegasse nem mesmo a refletir integralmente a queda verificada na ocupação. Levando-se em conta que a População em Idade Ativa (PIA) continuou crescendo, no período considerado, num ritmo (2,2%) que reflete as taxas de crescimento demográfico da década passada, esse decréscimo da PEA decorre de uma forte contração da taxa de participação da PIA no mercado de trabalho (veja Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Evolução da taxa de participação
(Anos recentes)



Dessa forma, em que pese um não agravamento mais substancial da demanda por trabalho, a menor pressão do lado da oferta continua sendo o principal fator responsável pela manutenção das taxas de desemprego em níveis similares aos observados em 1998.

Além disso, dada a complexidade do tema, em função do caráter atomizado das decisões dos agentes econômicos sobre a sua oferta de trabalho, não é possível fazer previsões a respeito de por quanto tempo este compor-

1

Os dados recém-divulgados, porém ainda não completamente processados, para o mês de maio, permitem alimentar tal expectativa.

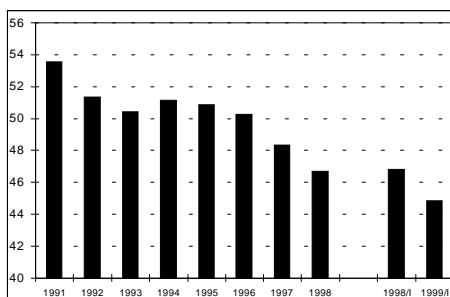
2

Os dados para o mês de maio último indicam, todavia, uma taxa de 7,70%, inferior àquela observada em maio de 1998, que foi de 8,21%.

tamento continuará sendo observado. Resta proceder a uma inspeção mais detalhada de como esta redução nas taxas de participação vem ocorrendo, de forma a identificar os grupos onde este fenômeno vem se verificando de maneira mais intensa.

No plano regional, a tendência à uma menor participação é mais acentuada na metrópole nordestinas, seguidas de perto por São Paulo. Porto Alegre, por outro lado, é a região metropolitana onde a queda foi menor, em particular até o início de 1999. No que diz respeito a gênero, as mulheres mantiveram praticamente constante sua taxa de participação ao longo da década - em torno de 44%, só se verificando uma diminuição de um ponto percentual no primeiro quadrimestre deste ano em relação a igual período no ano passado. Já os homens vêm apresentando uma tendência contínua de queda, passando de 79,98% em 1991 para 73,70% em 1998, e atingindo o mínimo histórico de 71,95% no início deste ano (cerca de dois pontos percentuais abaixo de igual período no ano anterior). Em relação ao corte por grau de instrução, embora uma menor participação ao longo da década tenha ocorrido para todos os grupos, o dos menos instruídos (0 a 4 anos completos de estudo) foi o que apresentou uma redução mais intensa, atingindo quase 10 pontos percentuais entre 1991 e o início de 1999 (veja o Gráfico 3). A mesma observação é válida para as faixas etárias mais baixas (para o grupo de 15-17 anos ela caiu de 35,8% para 20,5% no mesmo período) e para os membros secundários da família.

GRÁFICO 3
Evolução da taxa de participação (%)
Grupo de 0 a 4 anos de estudo



Ou seja, o menor engajamento no mercado de trabalho vem se manifestando de forma mais intensa, inclusive no princípio de 1999, entre os jovens, homens, pouco instruídos e membros secundários da família (isto é, outros que não o chefe). Como estes são justa-

mente os grupos que enfrentam maiores dificuldades no seu acesso ao mercado, torna-se plausível a hipótese que a causa maior da menor participação tenha sido o desalento, principalmente quando se considera que os primeiros meses foram marcados por um pessimismo generalizado em relação ao desempenho econômico do país, e o mercado de trabalho não constituiu exceção neste aspecto.

Paralelamente, o rendimento real médio vem declinando continuamente desde dezembro último, sendo que a variação acumulada em 12 meses chega a -4,3% (veja Gráfico da capa). Parece razoável inferir que esta queda tenha desempenhado, também, um papel relevante na contenção do desemprego. Contudo, a permanecer esta tendência, verificada principalmente entre os chefes de família, cedo ou tarde o aperto por ela acarretado na restrição orçamentária das famílias acabará se constituindo em elemento de pressão para o retorno dos membros secundários ao mercado de trabalho. Isto por sua vez contribuiria para reverter o processo de diminuição na taxa de participação e, por conseguinte, poderia pressionar para cima as taxas de desemprego no futuro próximo.

Em suma, como o nível de ocupação ainda é inferior ao de dois anos atrás (veja Gráfico 1), torna-se praticamente inescapável o diagnóstico de que o desempenho recente do mercado de trabalho vem sendo insatisfatório. Se isto não foi captado pelo comportamento da taxa de desemprego no início de 1999, talvez seja por ela não ser o instrumento mais adequado para diagnosticar este desempenho em um contexto onde há mudanças profundas nos agregados que a determinam, por mais que especialistas, mídia e a sociedade em geral concentrem nela sua atenção e a tomem como referência, no mais das vezes a única, para o debate a respeito da "saúde" do mercado de trabalho.

De qualquer modo, embora seja claro o grau de dificuldade associado a este tipo de exercício, parece razoável imaginar que as taxas de desemprego permaneçam em patamares relativamente estáveis no futuro imediato, na medida em que não há razão para crer que a taxa de participação cresça de forma abrupta de um mês para outro. Já em um horizonte um pouco mais amplo (segundo semestre), deve aumentar a pressão do lado da oferta, ao mesmo tempo em que a demanda deverá estar mais aquecida. Especular, todavia, sobre qual dos dois efeitos prevalecerá, em termos do nível da taxa de desemprego, é uma tarefa que está além daquilo que uma postura sensata permite.